

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.415 - MT (2019/0220183-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JOSE CARLOS MACHADO ARAUJO - ESPÓLIO
REPR. POR : NILMA BALBINA MACHADO ARAÚJO - INVENTARIANTE
AGRAVANTE : MILTON VIZINI CORRÊA JÚNIOR
ADVOGADO : MILTON VIZINI CORRÊA JUNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - MT003076A
AGRAVADO : MONICA MARCHETT
ADVOGADOS : RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN - SC011328
JUCÉLIA CORRÊA E OUTRO(S) - SC020711

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelo ESPÓLIO DE JOSÉ CARLOS MACHADO ARAÚJO, NILMA BALBINA MACHADO ARAÚJO E MILTON VIZINI CORRÊA JÚNIOR, fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (fl. 1.145/1.146):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DEFERIDA - IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO - AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE NOS MOLDES DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL - ART. 135, CPC - PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO - PENHORA ONLINE INFRUTÍFERA - INEXISTÊNCIA DE BENS EM NOME DA DEVEDORA - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES - ART. 50, CC - DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

A nova legislação processual previu a instauração de incidente processual, com fulcro na observância do princípio do contraditório. Inteligência do art. 135, do CPC.

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no art. 50 do C. Civil, deve ser aplicada com cautela, uma vez que constitui exceção ao princípio que a sociedade não se confunde com a pessoa de seu sócio.

No caso, resta evidente que os exequentes não demonstraram, de forma cabal, a ocorrência das hipóteses previstas no rol taxativo do art. 50, do C. Civil, centrando sua argumentação apenas na ausência de valor para penhora online e da suposta inexistência de bens passíveis de penhora, o que torna incabível, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados às fls. 1.174/1.198.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 10, 14, 436 do CPC/15; 50 do CC, bem como a configuração do dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que: (i) *"uma vez que a parte não foi ouvida sobre documento relevante, a tempo e modo, evidente a nulidade do julgamento por cerceamento de defesa"* - (fl. 1.255); (ii) *"o voto condutor do acórdão recorrido pretendeu fazer retroagir a regra do art. 135 do NCPC"* - (fl. 1.256); (iii) *"o posicionamento remansoso da Corte Constitucional cobra a presença do elemento objetivo, previsto na regra do art. 50 do CC, de forma alternativa e não cumulativa, da confusão patrimonial"* - (fl. 1.260).

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados às fls. 1.174/1.198.

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

No tocante a alegação de cerceamento de defesa, nota-se que a Corte de origem afastou tal fundamento por compreender atendido o princípio da não surpresa, conforme se denota do trecho dos aclaratórios a seguir (fl.1.183):

Sem razão. Na verdade, a alegação da ocorrência de coisa julgada foi devidamente tratada na preliminar suscitada pelos embargantes Milton Vizini Corrêa Júnior e outros, contudo, não e demais ressaltar que se a descon sideração da personalidade jurídica da Agropecuária Marchett já tivesse sido deferida pela d. magistrada e mantida por este Tribunal no julgamento ocorrido em 09.03.2009 (RAI n. 127.576/2008), o que não ocorreu, é bom deixar claro, não haveria necessidade dos recorrentes terem feito o pedido de reconsideração do indeferimento da aludida descon sideração em 10.02.2015, para a mesma Juíza, diga-se de passagem, dando ensejo ao posterior deferimento e motivando a interposição do agravo de instrumento pelo sócios da empresa, caindo por terra qualquer alegação nesse sentido.

Visto isso, resta evidente a inexistência de omissão no v. acórdão acerca da suposta não aplicação da regra dos arts. 10 e 436, ambos do CPC, no tocante a certidão de intimação juntada aos autos para afastar a preliminar de incompetência invocada,

tendo em vista que o art. 932, parágrafo único, do mesmo codex, dispõe que "Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível", sendo suficientemente claro a inexistência de decisão surpresa e/ou documento passível de contraditório na espécie.

Não obstante, o art. 1017, §3º, do CPC, permite a complementação da juntada de qualquer documento que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, consoante ocorreu no caso em voga.

Assim, reafirmo que a certidão de intimação foi trazida à baila, conforme documento de id. 3942396, demonstrando a tempestividade do recurso, além de cumprir a exegese do art. 1.017, inc. I, do CPC.

Ocorre o posicionamento da Corte de origem está em consonância com o desta Corte de Justiça acerca da ausência de ofensa ao princípio da não surpresa quanto a fato irrelevante para a alteração da solução da demanda, conforme se demonstra com as ementas a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS. INCORPORAÇÃO DE REDE PARTICULAR DE ENERGIA ELÉTRICA. PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. AUSÊNCIA DE OFENSA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. VINTENÁRIA OU TRIENAL. TERMO INICIAL. MOMENTO DA INCORPORAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. TEORIA DA CAUSA MADURA. NÃO APLICAÇÃO. ARTS. 515, § 1º, E 516 DO CPC/73. IMPOSSIBILIDADE. INDENIZAÇÃO. DEFERIMENTO. REVISÃO.

NÃO CABIMENTO. TESES DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDAM REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC E SÚMULA N. 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O "fundamento" ao qual se refere o art. 10 do CPC/2015 é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe

previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa.

O conhecimento geral da lei é presunção jure et de jure.

(...)

(AgInt no REsp 1701258/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE ADOTOU FUNDAMENTO DIVERSO DO ADOTADO PELA SENTENÇA, COM BASE EM NOVA SITUAÇÃO DE FATO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. ART. 10 DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. ANULAÇÃO PARA OITIVA DA PARTE. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

1. "O 'fundamento' ao qual se refere o art. 10 do CPC/2015 é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação -, não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção jure et de jure" (EDcl no Resp nº 1.280.825/RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 1/8/2017.)

(...)

(REsp 1755266/SC, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 20/11/2018)

Ademais, quanto à tese de que não foram observadas as regras de direito intertemporal, a Corte de origem dispôs que, ainda que sob a égide do CPC/73, deve ser observado o princípio do contraditório na desconconsideração da personalidade jurídica, assim como em qualquer outra ação, por se tratar de fundamento inafastável. É o que se extrai do seguinte excerto (fl. 1.183/1.184):

Avançando na elucidação da celeuma, destaco que também não houve qualquer omissão referente a não aplicação do direito intertemporal, disposto no art. 14, do CPC, em razão da menção ao art. 135, do mesmo diploma processual civil, que não estava vigente na época em que a decisão recorrida foi proferida pelo Juízo a quo, na fundamentação do v. acórdão.

Digo isso, porque a razão principal para a reforma da r. decisão não foi o rito processual descrito no art. 135, do CPC, mas sim, a

ausência do contraditório acerca da medida a ser imposta pela MM" Juíza, o que, per si, impõe o afastamento da desconsideração da personalidade jurídica, a fim de que se garanta a oportunidade para a parte se manifestar acerca do pedido.

Neste ponto, convém esclarecer aos embargantes Milton Vizini Corrêa Júnior e outros que o c. STJ decidiu, ainda sob a égide do CPC de 1973, ao julgar o RMS n. 29.697/RS, sob relatoria do Min. Raul Araújo (4ª Turma, j. 23.04.2013), que a ausência do contraditório na desconsideração da personalidade jurídica, conforme visto na hipótese em tela, viola o princípio do devido processo legal, de modo que não há que se falar em inobservância do direito intertemporal, disposto no art. 14, do CPC/15.

Sobre o tema, manifestou-se este Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE FALÊNCIA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (CC/2002, ART. 50). SOCIEDADE EMPRESÁRIA IMPETRANTE PERTENCENTE AO MESMO GRUPO ECONÔMICO DA FALIDA. DESNECESSIDADE DE AÇÃO AUTÔNOMA. IMPRESCINDIBILIDADE DO CONTRADITÓRIO (CF, ART. 5º, LIV E LV). RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

2. No caso, entretanto, houve violação formal ao due process of law, em seu consectário princípio do contraditório (CF, art. 5º, LIV e LV), pois a sociedade empresária atingida pela desconsideração não teve oportunidade de se manifestar acerca da medida que lhe foi imposta.

3. Não se pode adotar medida definitiva que afete bem da vida em determinada instância judicial sem que se garanta o contraditório.

A validade das decisões judiciais requer a observância de um processo justo, em suas dimensões formal e material.

4. Necessário assegurar à impetrante o direito de ser ouvida no juízo da falência acerca da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica em relação à sua pessoa, podendo deduzir as alegações que entender relevantes e requerer produção de provas, cabendo ao il. julgador deliberar como entender de direito.

5. Recurso ordinário parcialmente provido.

(RMS 29.697/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 01/08/2013) - grifou-se.

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DO DEVEDOR. Quem, na condição de sócio, é citado para responder pelo débito da

sociedade, assume a condição de parte passiva na relação processual; a respectiva defesa é ampla, seja negando a qualidade de responsável, seja atacando a própria existência do débito, e se dá por meio de embargos do devedor, não mediante embargos de terceiro. Recurso especial não conhecido.

(REsp 159.659/SP, Rel. Ministro **ARI PARGENDLER**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2002, DJ 02/12/2002, p. 303)

Outrossim, em relação aos requisitos para que fosse concedida a desconsideração da personalidade jurídica, o acórdão entendeu pelo não atendimento ao rol do art. 50 do CC, pois *"a ausência de valor para penhora on line e da suposta inexistência de bens passíveis de penhora, o que torna incabível, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica"* - (fl. 1.184).

O referido entendimento também está em consonância com o entendimento do STJ, no sentido de que, por se tratar de medida excepcional, a desconsideração da personalidade jurídica exige a confusão patrimonial ou o desvio de finalidade, o que não é o caso dos autos.

Sobre o assunto, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. AUSÊNCIA. INSOLVÊNCIA DA SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FATOS INSUFICIENTES.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça encontra-se consolidada no sentido de que a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e está subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. Precedentes.

3. Na hipótese, a não localização de bens e o suposto encerramento irregular não podem ser considerados suficientes para presumir o abuso da personalidade jurídica. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1776605/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019) - grifou-se.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO NCPC) - EXECUÇÃO - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE

JURÍDICA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO PARA AFASTAR A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica, medida excepcional prevista no art. 50 do Código Civil de 2002, pressupõe a ocorrência de abusos da sociedade, advindos do desvio de finalidade ou da demonstração de confusão patrimonial.

2. A mera inexistência de bens penhoráveis ou eventual encerramento irregular das atividades da empresa não ensejam a desconconsideração da personalidade jurídica.

(...)

(AgInt no AREsp 1018483/SP, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018) - grifou-se.

Observa-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, atraindo, desta forma, o óbice constante na Súmula 83 do STJ, aplicável tanto a alínea *a* quanto a alínea *c* do permissivo constitucional.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator